

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (*)

Les Statuts Synodaux Français du XIIIe. Siècle. Tome I: Les Statuts de Paris et le Synodal de l'Ouest. Publiés et traduits par Odette PONTAL. Collection de Documents Inédits sur l'Histoire de France, Série in-8°. Vol. 9. Paris, Bibliothèque Nationale, 1971. LXXVII + 290 páginas in-8° (15 x 24 cm).

Voltamos a registrar mais um volume da *Collection de Documents Inédits sur l'Histoire de France*, o qual se enquadra no alto padrão de apresentação dos que o precederam. Quanto à natureza dos documentos divulgados a série em causa tem se caracterizado pela variedade e as *mauvaises langues* poderiam talvez mesmo falar em heterogeneidade, mas, se existe o perigo de, endereçando-se a coleção a todos historiadores, quaisquer que sejam suas especialidades, ela acabar sendo esquecida por cada um, é necessário não perder de vista que o seu maior mérito é o de tornar acessíveis documentos inéditos. Por outro lado, a utilidade dos documentos costuma ser menos restrita do que os interesses de cada historiador e disso os documentos incluídos no presente volume podem se constituir em bons exemplos.

Com efeito, trata-se de textos que, à primeira vista, deveriam servir primordialmente à História da Igreja, mas, na verdade, talvez esteja aí um campo em que exatamente sua utilidade, sobretudo no campo da doutrina (visto que eles se limitam a veicular as decisões e recomendações oriundas de esferas mais altas), seja das mais limitadas, mostrando-se particularmente ilustrativos de aspectos da história social e das mentalidades. Tal se deve ao fato de que, a diocese se constituindo na menor unidade administrativa eclesiástica, a capacidade deliberativa dos Sínodos correspondentes, sobretudo em matéria dogmática, se revele das mais restritas, avultando, em contrapartida, as regulamentações das decisões tomadas, seja pelo Sumo Pontífice, seja pelas assembleias eclesiásticas de caráter mais amplo, mormente os concílios gerais ou ecumênicos e os nacionais. Em suma, trata-se de documentos de caráter antes de tudo prático, destinados a orientar a conduta dos párocos face aos problemas do dia a dia, no exercício de suas funções de guias espirituais.

Os documentos em questão fizeram sua aparição já nas proximidades dos meados do século XIII, como uma derivação, até certo ponto, dos chamados "Pontificais" e testemunham de um esforço de revitalização da vida reli-

(*) — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica (*Nota da Redação*).

giosa local. Muito intensa na época carolíngia, esta entrou em declínio crescente em decorrência das desordens provocadas pela debacle dos poderes centrais e das perturbações derivadas das incursões normandas, húngaras e sarracenas dos séculos IX e X, prenunciando-se nos finais deste último uma série de sintomas de tendências renovadoras que encontraram um ponto de referência particularmente significativo na chamada Reforma Gregoriana, a qual procurou exercer, inclusive, um influxo regenerador na vida religiosa local. A efetividade de sua ação variou muito de região para região, mas mesmo onde sua penetração não conseguiu vencer as resistências, a dita Reforma se constituiu num fator de emulação, multiplicando-se os Concílios nacionais e provinciais que procuraram conciliar as diretrizes pontificais com as peculiaridades das respectivas áreas de atuação. Na esfera diocesana, ou local, os efeitos dessa tendência se fazem sentir sobretudo a partir do século XIII, constituindo-se os Estatutos Sinodais em suas manifestações mais tangíveis.

O volume em foco, constitui-se no primeiro de uma série, cujo total não é anunciado, mas provavelmente de quatro ou cinco, visto que existem cerca de uma dezena desses documentos (a menos que se decida pela inclusão de documentos análogos como pontificais e *liasses*), incluindo dois espécimes de caráter bastante divergente. Enquanto o Estatuto de Paris se restringe a prescrições de natureza quase que exclusivamente prática, geralmente redigidas de forma seca, o Sinodal do Oeste inclui, além da quase totalidade do que contém o primeiro dos documentos citados (o Estatuto de Paris), decretos do 4º Concílio de Latrão (1215), estatutos da região, extraídos dos concílios provinciais, tudo na primeira parte, enquanto as segunda e terceira parte são constituídas por um penitencial e orientação aos curas para a instrução dos fiéis, respectivamente. Pelo exposto, verifica-se que o Sinodal do Oeste já se mostra repetitivo em relação ao Estatuto de Paris e uma dúvida surge quanto ao interesse dos demais Sinodais, quando vemos a responsável pela edição ressaltar que

“... (le) livre synodal, en vigueur dès le début du XIIIe. siècle dans tous les diocèses de l'Ouest, servit de prototype à presque tous les synodaux européens, pratiquement jusqu'au concile de Trente, faiblement concurrencé dans le Midi par les synodaux de Pierre de Sampzon et Raymond de Calmont d'Olt et dans le Centre par celui de Guillaume Durand”.

Em todo caso, o interesse deste primeiro volume está livre de controvérsias e ele é, como já sugerimos, bastante considerável e variado. Nas entrelinhas das recomendações aos curas surge o quadro de práticas religiosas caracterizadas pelo relaxamento (por exemplo, quando se recomenda que os padres renovem diariamente as hóstias da eucaristia e água benta, a fim de evitar um pecado eventual de heresia ou sacrilégio dos fiéis, motivado pelo estado repugnante dos mesmos — art. 73, p. 79 do Estatuto de Paris, retomado

no art. 11 no Sinodal do Oeste), quando não pelo comportamento francamente abusivo dos curas (pelo art. 26, pág. 63 do Estatuto de Paris, evidencia-se a inexistência de confessionários, processando-se as confissões “cara a cara”, sugerindo-se, pela severidade da interdição feita aos sacerdotes, que os mesmos freqüentemente induziam as fiéis à má conduta em proveito próprio...). Mas, além disso, como é ressaltado na introdução (pág. XI), visto que

“Le domaine du droit canonique était au Moyen Age beaucoup plus étendu que de nos jours... (et) comprenait alors une grande partie de ce que nous appelons le droit civil et même, pour les lois sur l'usure et sur les fraudes, ce que nous qualifions de droit commercial”,

o interesse dos presentes documentos transcende à esfera dos costumes e relações sociais.

Caracterizado o grau de interesse da publicação em exame, resta concluir com mais alguns dados, os quais permitirão formar uma idéia mais completa do conteúdo do volume. Ele se divide em duas partes bem distintas, sendo a primeira constituída por um histórico do sínodo diocesano, das origens ao século XIII, a qual se constitui numa introdução não apenas a este tomo I, mas ao conjunto da publicação, representando, além disso, uma pequena monografia e uma evidente contribuição ao esclarecimento do tema. A esta primeira parte introdutória, com numeração autônoma em algarismos romanos, segue-se a edição dos textos, cada um precedido de sua respectiva introdução específica. Essa tarefa de edição não deixou de apresentar dificuldades, decorrentes do grande número de manuscritos, optando Mme. Pontal, mui corretamente, pela escolha de um exemplar básico, segundo o critério de antigüidade e correção, colocando em apêndice as variantes mais significativas. Se com relação à edição não há nenhum reparo a ser feito, quanto à tradução pode-se afirmar existir uma certa incoerência no fato de os itens acolhidos em apêndice somente serem fornecidos no original, mas esta é uma reserva cuja gravidade não deve ser exagerada.

O volume está enriquecido pela reprodução de miniatura da época e de páginas de alguns dos manuscritos utilizados, todas no texto, e, sobretudo por uma série de índices (de temas, de nomes próprios, bibliográfico dos concílios e de referências aos decretistas), aos quais, aliás, esta esplêndida coleção já nos acostumou.

VICTOR DEODATO DA SILVA

* * *

*

GLÉNISSON (Jean) *et alii*. — *Textes et documents d'Histoire du Moyen Âge — XIVe-XVe. siècles*. Tomo I: Perspectives d'ensemble: les "crises" et leur cadre. Par Jean GLÉNISSON, John DAY et Odile GRANDMOTTET. Col. "Regards sur l'Histoire". Paris, S.E.D.E.S., 1970. XLVIII — 344 páginas "in-16°" (11,5 x 18,5 cm).

As coletâneas de extratos de documentos com fins didáticos não têm faltado no mercado editorial, mas o volume em exame se singulariza por mais de um aspecto, constituindo, talvez, a sua característica mais marcante, o fato de a seleção ter se processado, não em função da ilustração de fatos ou aspectos de civilização, mas a partir de uma interpretação do período ao qual se refere. Adotando como premissa inicial a tese de que os dois últimos séculos da Idade Média representaram uma fase crítica na evolução histórica da Europa Ocidental — concepção que, não obstante algumas dissensões de peso, predomina entre os medievistas da atualidade — foram selecionados textos suscetíveis de ilustrar a natureza das dificuldades.

O livro está dividido em três "capítulos" (terminologia talvez um tanto imprópria, porque "capítulo" dá a idéia de exposição contínua, condição não preenchida por uma seleção de textos), o primeiro relativo à penúria de 1315-1317, às crises financeiras, à Peste Negra de 1348 e seus efeitos, às desordens sociais, etc.; o segundo à guerra e seus caracteres e conseqüências; e o terceiro, à demografia e problemas de abastecimento. Como somente com os textos é impossível ilustrar determinados aspectos dos problemas tratados, encontramos um certo número de gráficos, fato inusitado em antologias do gênero. Os excertos latinos são apresentados em edição bilíngüe, os franceses na sua forma arcaica original, mas com explicação dos vocábulos em desuso por meio de notas de rodapé, e os em outras línguas apenas em tradução, o que não representa o ideal, pois teria sido preferível que o original figurasse sempre.

Antecedendo os capítulos encontramos uma introdução geral devida ao Professor Glénisson, sobre os problemas do período e as características da série, e considerações, com exemplos, sobre a explicação de textos, no caso bastante recomendável, considerando-se o caráter relativamente pioneiro do volume, o qual tem a sua utilidade bastante acentuada pela abundância de indicações bibliográficas, mais um procedimento incomum em tais obras. Na introdução são anunciados *quatro* outros volumes. Que eles não tardem! Creemos ser este os votos de todos os interessados no período, e não apenas os docentes...

VICTOR DEODATO DA SILVA

* * *

MAURO (Frédéric). — *Des produits et des hommes. Essais historiques latino-américains, XVI-XX siècles.* École Pratique des Hautes Études. Sorbonne. VI Section. Sciences Economiques et Sociales. Centre de Recherches Historiques. Mouton-Paris. La Haye, 1975. VIII — 175 págs.

O professor Frédéric Mauro é um dos mais eminentes historiadores franceses contemporâneos, merecidamente acatado em seu país e no estrangeiro

Diversas vezes lecionou e pesquisou no Brasil, demonstrando enorme interesse pela nossa História. Por ocasião de uma de suas vindas a São Paulo, aquiesceu a convite da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca para ministrar um seminário junto ao Departamento de História. Foi nessa oportunidade que o conhecemos.

Bacharel em Filosofia (Lille) e licenciado em Direito (Paris), Frédéric Mauro é *Docteur Es Lettres* (Sorbonne) com *mention très Honorable*, e autor de valiosos estudos, dentre os quais se destacam suas duas teses — *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe. siècle. Étude économique; Le Brésil au XVIIe. siècle. Documents pour servir à l'histoire de l'Atlantique portugais.* Foi professor de História Econômica na Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Toulouse, de onde se transferiu para Paris, como titular de História da América Latina, onde ainda hoje se encontra. Os seus trabalhos, conhecidos e apreciados, versam, notadamente, sobre temas latino-americanos e marcaram-lhe, precocemente, a vocação de respeitado historiador que de fato é.

O livro, que ora vem a publicar, compõe-se de diversos estudos já anteriormente divulgados em revistas especializadas, inclusive em periódicos portugueses — *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* e *Do Tempo e da História* — e desdobra-se em três partes: Problemas de Método; Programas de trabalho; Alguns pontos de vista.

A primeira parte divide-se em três capítulos — Teoria e História Econômica; História, ciência do abstrato; Estratégia da História.

A segunda parte desenvolve-se através de quatro capítulos — Para um modelo intercontinental: a expansão européia além-mar entre 1500 e 1800; Espaços marítimos e economia colonial brasileira, 1500-1800; Problemas e possibilidades de uma História Econômica Quantitativa da América Latina após a sua Independência — o caso do Brasil; A História Quantitativa da América Latina. Estes dois últimos capítulos se completam em um mesmo rumo de abordagem.

Finalmente, a terceira parte da obra sob análise abrange igualmente quatro capítulos, demonstrando a preocupação de seu autor em manter o equilíbrio do estudo elaborado: História e integração latino-americana; Tensões e transferências de tensões na expansão européia da América (1500-1800); Para

uma classificação retrospectiva dos tipos de mobilidade geográfica nas Américas latinas; Preeminência urbana e rede urbana na América colonial. Neste capítulo encontram-se realçadas as Américas espanhola e portuguesa.

Fontes — manuscritas e impressas — e bibliografia comprovam, ademais, o critério com que o autor elaborou os estudos acima revelados, especialmente atinentes à História Quantitativa, que alguns historiadores brasileiros já preferem chamar de História Econômica Estatística, e que atualmente suscita enorme gosto de investigação e análise.

Trata-se, realmente, de obra de alto mérito, digna, portanto, de ser lida e meditada.

HAIÐÊE MARQUIAFAVE PUGLIESI

* *
*

FLEXOR (Maria Helena). — *Oficiais mecânicos da cidade de Salvador*. Salvador, Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal, 1974, 90 p., bibl.

A História do Brasil, notadamente a do Período Colonial, ainda é uma História de elites, de grupos dominantes. A “arraia-miúda”, as populações urbanas, os homens-livres não figuram em seu elenco de heróis. Disposta a enfrentar essa árdua tarefa de elaboração, a autora executa a coleta inicial de dados pesquisando exaustivamente a documentação soteropolitana dos séculos XVII e XVIII.

Oferece-nos então, neste opúsculo, um esboço da situação social da mão-de-obra qualificada da cidade de Salvador, na Colônia.

Os chamados “oficiais mecânicos” eram organizados, em Salvador, à maneira das corporações portuguesas, em confrarias e irmandades; e regidos o ingresso à função e o seu exercício, pelas decisões da Câmara da cidade, onde, até o início do século XVIII, possuíam um representante: O Juiz do Povo e Mesteres. Por outro lado, tais ofícios não constituíam trabalho “vil”, próprio de escravos, e foi exercido em geral por brancos e, até, por militares graduados.

A documentação consultada permitiu, também, traçar o perfil funcional de alguns ofícios — como os de marceneiro, torneiro, carpinteiro, pedreiro, corrieiro e serralheiro — estabelecendo atribuições, regulamentação do exercício, constituição das Confrarias, tabelas de preços dos serviços.

As posturas freqüentes da Câmara, as múltiplas Confrarias e, principalmente, os movimentos sociais como a “Revolução dos Alfaiates” atestam o caráter participante desses grupos urbanos. Assim, o trabalho da Profa. Maria Helena Flexor, de intenções humildes de primeiro levantamento, é obra pio-

neira e constitui leitura obrigatória para a atualização de nossos conhecimentos sobre a Época Colonial.

VERA LÚCIA AMARAL FERLINI

* * *

ARNS (Alice Bertoli). — *Laguna, uma Epopéia de Franciscanos e Bandeirantes e a história de uma Velha Igreja*. Curitiba. Imprensa Ltda, 163 pp., 30 ilustrações, 1 mapa, 1975.

A pesquisa intitulada: *Laguna, uma esquecida Epopéia de Franciscanos e Bandeirantes, é a história de uma velha igreja*; uma das oportunas publicações veiculadas nas festividades do Tricentenário da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, sediada administrativamente no Convento de São Francisco, no Largo de São Francisco desta Paulicéia.

Instrumenta a obra nove capítulos, com um belo prefácio do Pe. Frei Venâncio Willeke OFM, diretor-fundador do Centro de História Franciscana e assessor *semper parate* de um curso de pós-graduação na área de História Social, na Universidade de São Paulo, cuja temática fundamental é, precisamente: *O Franciscanismo em Portugal e no Brasil à época dos descobrimentos*.

A autora da obra que se resenha, é uma conscienciosa professora universitária, porquanto apresenta um estudo sério, bem estruturado, focando, de início, o núcleo urbano de Laguna no contexto do século XVII. Em seguida trata do processo de restauração da igreja de Santo Antônio dos Anjos, através de parlante documentação iconográfica. Lamenta contudo, a falta de registros suficientes para uma avaliação concatenada dos feitos de Domingos de Brito Peixoto, o fundador de Laguna.

Para relatar o estabelecimento dos primeiros missionários em Mbyaçá, a documentação usada pela autora é de significado valor histórico, pois enfoca como diz Frei Venâncio Willeke “a primeira escola missionária do Brasil de que temos notícia certa”.

No capítulo VII a autora realiza um estudo das imagens e, como diz, “o estudo da história das imagens da colonização portuguesa no Brasil, apresenta uma valiosa contribuição para a interpretação da própria índole dos descobridores e colonizadores lusitanos”.

No último dos nove capítulos do seu livro, Alice Arns aborda a problemática da restauração da velha igreja de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, de quantos procuraram restaurá-la, dos sacrifícios por que passaram: o povo, o vigário, o restaurador — Mestre Rodrigues — e seus auxiliares.

Considerando que a obra reflete o memorável labor franciscano, percebemos a “louvável preocupação da Autora pela estima e preservação dos monumentos artísticos de Santa Catarina”.

Na obra constam quatro apêndices. No primeiro, uma relação das imagens e objetos que foram encontrados na sacristia e dependências da igreja de Santo Antônio dos Anjos, cujo objetivo, no dizer da pesquisadora, “é para facilitar eventuais trabalhos futuros sobre o patrimônio histórico da paróquia e especialmente da igreja. No segundo apêndice fornece biografias, referências e bibliografias, “com o intuito de facilitar a pesquisa sobre a história franciscana de Santa Catarina”. No apêndice terceiro recorre a Frei Diogo de Freitas, ao seu Elenco Biográfico, para nos dar dados sobre Frei Manoel da Natividade Teixeira e Frei Thomé de Jesus, pioneiros e co-fundadores de Lajes. O apêndice quarto consta de uma farta bibliografia, onde são citados manuscritos e impressos utilizados pela pesquisadora Alice Arns na realização da presente obra.

Um destaque merecem as notas de pé de página, que além de valorizarem a obra, facultam melhor entendimento. Cumpre reconhecer que se trata de pesquisa de grande riqueza, com trinta ilustrações que ainda mais a valorizam, um mapa e uma planta da igreja atual de Santo Antônio dos Anjos da Laguna.

Quanto às fotografias, fonte iconográfica de valor incontestável, estariam a justificar legendas mais ilustrativas.

É preciso reconhecer que os objetivos a que o livro se propôs, como a pesquisadora argumenta, nesse estudo da história da igreja de Santo Antônio dos Anjos da Laguna desde o seu início até a atualidade”, foram atingidos e, para os estudiosos do Franciscanismo, abrem-se-lhes muitas perspectivas de análise. Embora o título pareça referir-se apenas ao contexto da história franciscana de Santa Catarina, fornece-nos valiosos ensinamentos da época colonial-bandeirantista.

Ainda o livro de Alice Bertoli Arns é de leitura agradável e atraente. Mais ainda, proporciona ao leitor uma válida compreensão da contribuição franciscana no povoamento do Brasil.

Poder-se-ia argumentar que este livro sério e pioneiro penetra por um caminho ainda pouco promovido e conhecido de poucos especialistas, o *Caminho Franciscano*, palmilhado e conhecido, de número expressivo de franciscanos vinculados às Ordens Religiosas, de especialistas conhecidos. Estes e aqueles de “mãos dadas”; nesta época em que parece florescer a fraternidade, um dos parâmetros da própria epopéia franciscana de ontem e de hoje, na colonização e no desenvolvimento do Brasil.

SÔNIA MARIA DENOVER

* *
*

JAENEN (Cornelius J.). — *Friend and Foe. Aspects of French Amerindian Cultural Contact in the Sixteenth and Seventeenth Centuries*. Ontário. Mc-Clelland and Stewart Limited. 1976, 207 p., bibl.

A pesquisa sobre o Período Colonial Americano tem, nos últimos tempos, preocupado os historiadores. No Brasil defrontamo-nos com, praticamente, um campo inexplorado: os séculos XVI e XVII. Às dificuldades de coleta e consulta do material soma-se a inexistência de recursos e incentivos financeiros. Assim, desde o registro dos eventos à reflexão cuidadosa do desenvolvimento sócio-cultural das populações, a História Colonial aguarda uma elaboração sistemática e profunda.

Estimulante exemplo nos fornece a obra que aqui se resenha, vencedora do *Sainte Marie Prize in History*, 1973, do *Historical Sites Branch*, Ontário, Ministry of Natural Resources. Esta entidade oferece, anualmente, um prêmio à melhor monografia que verse sobre o século XVII no Canadá ou outros eventos que possam ter interferido no desenvolvimento histórico da época. Tal incentivo não só cria condições para o incremento da pesquisa, como objetiva diretamente o estudo de uma época pouco explorada pela historiografia, mas extremamente rica.

O livro traz novas contribuições para o conhecimento das relações entre Ameríndios e Franceses no Canadá, entre 1500 e 1700. Jaensen utiliza fontes documentais contemporâneas em nova perspectiva, colocando-as no contexto das crenças culturais francesas da época. Por outro lado, lança mão das mais novas aquisições da etno-história, da psicologia e da antropologia para obter dos documentos uma visão mais acurada da reação do Ameríndio à presença francesa.

O andamento do livro é quase o de uma crônica das primeiras relações dos Franceses com as tribos que habitavam a costa Leste do Canadá. Tais relações, como demonstra o estudo de Jaenen, foram muito menos amistosas do que usualmente se propaga. E é na tentativa de estabelecer com exatidão as nuances dos contatos do povoador francês com o habitante nativo, que a obra é composta. A propaganda da época privilegiou o caráter fraternal do relacionamento franco-ameríndio — “os espanhóis crucificam os índios, os ingleses escorraçam-nos e os franceses abraçam-nos” — estimulando a cristalização de uma abordagem histórica que suavizou as tensões e atritos decorrentes da colonização francesa. Para demonstrar a natureza sócio-cultural da dominação articula-se a obra em cinco capítulos: Natureza do Ameríndio, Tentativas de Evangelização, Problemas sociais e diferenças, Barbarismo e Crueldade, Integração e Segregação. Todos os aspectos do contacto entre as duas culturas são escrupulosamente examinados, desde a primeira viagem de Cartier, aos fenômenos posteriores como o comércio de peles, as tentativas missionárias, a assimilação, os conflitos e torturas, a segregação e a criação do sistema de reser-

vas, as epidemias e pandemias que dizimaram os nativos, o desprezo pela cultura indígena e o problema do alcoolismo e da prostituição.

O conceito da natureza nobre e pura do selvagem americano constitui a matéria de análise do primeiro capítulo. O nativo representava para o europeu o retorno à natureza, ao primitivo estágio de existência do qual o mundo havia se afastado. Ao primeiro contato o Francês atribuía virtudes aos Ameríndios, sugeridas pela idéia de Idade de Ouro da humanidade, idealizando tais aspectos em oposição à realidade européia que lhe parecia o testemunho de uma época de degeneração moral.

Aspecto marcante do relacionamento entre os dois grupos foi, sem dúvida, o fornecido pela atividade missionária, especialmente a dos Jesuítas. Quaisquer que tenham sido os efeitos do relacionamento para os colonizadores, não foram, nem tão imediatos, nem tão traumáticos, como foram para os indígenas os resultados da ação evangelizadora dos europeus. Assim, o que era um sistema de crenças homogêneo e logicamente integrado, foi substituído por valores religiosos impostos e despidos de significação cultural para os nativos. O resultado dessa desagregação foi, na maior parte das vezes, a perda dos padrões morais indígenas, sem a possibilidade de aquisição dos padrões europeus.

Muitos problemas sociais presentes atualmente no Canadá são resultantes dos choques culturais do início da colonização. Conceitos ainda vigentes, como o da tendência inata do indígena ao alcoolismo e à promiscuidade sexual, encontram explicação na acomodação das tensões relativas ao aproveitamento, pelos franceses, dos recursos naturais da região.

A crueldade e barbarismo que, usualmente, se atribuem ao Ameríndio necessitam também ser considerados em seu contexto cultural. Os relatos dos viajantes e colonos franceses apresentavam uma ótica deformada pelo imenso abismo existente entre os dois grupos e levavam a marca do sentimento de medo e hostilidade experimentados por eles no seu relacionamento com os nativos.

Bastante atual, dentro da polêmica em torno do respeito aos direitos humanos na América, é o capítulo que trata do processo de integração e segregação dos grupos nativos na sociedade que se forma a partir da colonização francesa no Canadá. A política da França, no início da ocupação foi baseada em conceitos que privilegiavam a assimilação, tendo como princípio a crença — numa sociedade de cultura predominantemente francesa, desde que os nativos adotassem os padrões civilizatórios franceses e a religião católica. Essa integração, impossível na prática, cedeu lugar, gradativamente, às medidas discriminatórias e de segregação, chegando-se, finalmente à criação do sistema de reservas. Mesmo quando convertidos os indígenas permaneciam isolados

nas manifestações religiosas (procissões, missas) sendo-lhes vedado o acesso ao sacerdócio.

A obra de Jaenen mostra ao leitor as perspectivas de um fecundo horizonte de pesquisa e reflexão; campo aberto já entre nós, magnificamente, por Sérgio Buarque de Holanda, em *Visão do Paraíso*, sem que, entretanto, ninguém, mesmo modestamente, lhe seguisse os passos pioneiros para perscrutar o universo ideológico e cultural que circunscreveu os contatos do colonizador europeu com o indígena americano.

VERA LÚCIA AMARAL FERLINI

* *
*

ISAACMAN (Alen F.). — *Mozambique. The Africanization of a European Institution. The Zambezi Prazos, 1750-1902*. The University of Wisconsin Press, Madison, Milwaukee, e London. 1975. XVIII — 260 págs.

Alen F. Isaacman é historiador americano dedicado a estudos portugueses. Esta circunstância explica a gênese do livro em epígrafe e que ora se apresenta.

O trabalho em questão oferece o sabor especial de se tratar de uma paciente e prolongada pesquisa em acervos de fontes manuscritas que se encontram guardadas nos Arquivos de Lisboa, notadamente nos do Arquivo Ultramarino, e em investigações de campo em Moçambique. Importante, pois, realçar, nesta notícia bibliográfica, os meios científicos de que se serviu o autor para a elaboração da obra — pesquisa documental em Arquivos e trabalho de campo — admirável encontro conclusivo entre passado e presente. E é precisamente esse vínculo institucional que deveras impressiona.

A obra é de consulta obrigatória para todos os que se interessam pela dilucidação dos *Prazos*, cuja procedência, em suas origens, tanto ainda se discute. Constituem-na dez capítulos. Após estudar o condicionalismo físico da Zambézia, revelador, em boa parte, dos seus aspectos demográfico e político, o autor aborda a formação institucional dos *Prazos* no decurso de 1650 a 1850. Seguem-se as análises sobre a organização política desta instituição, de 1750 a 1850, a estrutura da sociedade nesse período histórico, e o fomento econômico dos mesmos *Prazos* de 1750 a 1851, considerado não só sob o aspecto de produção, mas também de distribuição.

Isaacman examina seguidamente as relações externas da controvertida instituição, sempre dentro daquelas balizas cronológicas. Os últimos capítulos da obra ocupam-se da decadência do sistema (1800-1850) e da persistência do

mesmo, que o autor acompanha desde 1850 a 1900. O décimo capítulo é o “conclusivo” do trabalho. Segue-se um *post-scriptum* sobre a transformação dos *Prazos*.

A edição é enriquecida com dois apêndices: o primeiro atinente à coleta de dados orais, em que se apresentam as modernas concepções de tão útil instrumento de trabalho; o segundo contém róis bibliográficos. As notas, como habitualmente se acham em livros ingleses ou americanos, vem ao final.

Como se impõe em obras deste quilate e natureza, a pesquisa das fontes e da bibliografia é rica. Considera-se ainda de suma utilidade o Índice, sobremaneira esclarecedor, tornando a consulta fácil e cômoda, sendo de notar-se, ademais, a presença de algumas cartas geográficas, quadros explicativos e de um glossário de termos africanos inseridos no trabalho sob análise.

Na discussão sobre a origem dos *Prazos*, o autor chega afinal à conclusão de que se trata de uma instituição política centro-africana, depois de se propor estudar a africanização de uma instituição européia.

Recomenda-se a obra, digna de ser lida e meditada.

HAI DÉE MARQUIAFAVE PUGLIESI

* * *

MANGUIN (Pierre-Yves). — *Les Portugais sur les Côtes du Viêt-Nam et du Campã. Etude sur les routes maritimes et les relations commerciales, d'après les sources portugaises (XVI, XVII, XVIII siècles)*. Publications de L'Ecole Française d'Extreme-Orient, vol. LXXXI. Paris, 1975. XIII, 324 págs.

Pierre-Yves Manguin é nome que há recuado tempo ultrapassou as fronteiras de seus país, para afirmar-se internacionalmente como um dos mais sérios pesquisadores da *Ecole Française d'Extreme-Orient*.

O trabalho em epígrafe divide-se em duas partes — a primeira trata das rotas marítimas; a segunda ocupa-se das relações comerciais. Semelhante desdobramento é conforme o sugerido pelo próprio subtítulo do livro que ora se divulga.

A primeira parte da obra sob análise compõe-se de quatro capítulos. No primeiro descrevem-se os contatos, relações e “descobrimento oficial” por Duarte Coelho. No segundo, revelam-se os principais roteiros — *de Portugal para Índia*, de Vicente Rodrigues; *da Índia Oriental*, de Manuel Pimentel; *Advertências para a Navegação da Índia*, precioso manuscrito de Francisco Rodrigues, que o autor pode consultar na Biblioteca e Arquivo de Cadaval, em

Lisboa. O terceiro capítulo trata da Cartografia — Atlas, Mapas e Toponímia; notadamente valiosa, esta última, pela indicação de antigos vocábulos portugueses, de enorme interesse para a dilucidação de questões pertinentes à Geografia Histórica. E, afinal, o quarto capítulo desta primeira parte cuida dos portos e rotas marítimas que, apesar de algumas variantes do tráfico oceânico, assentavam, basicamente, em apenas uma — a que ligava Malaca à China.

A segunda parte não deixa, de igual modo, de ter relevante interesse. Trata das relações comerciais e desdobra-se em apenas dois capítulos: no primeiro, o autor estuda o tráfico mercantil no decurso de 1523 a 1773, num enorme espaço oriental representado por terras e águas da Cochinchina, Tonquim e Campã, a antiga Champã. Semelhante abordagem baseia-se notadamente no acervo dos *Arquivos de Macau*, rica coleção documental. A matéria segue-se tratada no segundo capítulo do trabalho, relacionando-se, então, o rol dos produtos comerciáveis, sobretudo realçados pelos metais preciosos e madeiras odoríferas.

Dignas de notar são as fontes e obras de consulta que Manguin reuniu e trabalhou convenientemente.

A obra sob análise consta ainda de dois apêndices, enriquecidos com texto português daqueles mencionados roteiros e documentos, até agora inéditos, procedentes de Arquivos lisboetas.

É de louvar o esforço desenvolvido pelo autor, ilustrando a edição com cartas geográficas de enorme valor científico, algumas em *hors-texte*.

A obra é valorizada por bons índices a facilitar a leitura sempre agradável e proveitosa.

Trata-se de trabalho sério e digno de ser consultado a cada passo. Impõe-se por si mesmo.

HAIÉE MARQUIAFAVE PUGLIESI

* *

*

PETRONE (Maria Theresa Schorer). — *O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1976.

Com este novo trabalho Maria Theresa Schorer Petrone mantém-se fiel à linha de estudos a que se tem dedicado na vida acadêmica: os da história econômica de São Paulo.

O título poderia sugerir uma biografia mas a obra escapa ao gênero para, através da análise da formação de um vultoso patrimônio, o de Antônio da Silva Prado, chamar a atenção para uma atividade econômica de grande im-

portância na História do país e que não tem sido convenientemente ressaltada pela historiografia: a do comércio interno através da pecuária.

Antônio da Silva Prado, o personagem realçado, que além de contratante da cobrança de impostos foi negociante de açúcar, animais e gêneros diversos, senhor de engenho em Jundiá e ainda banqueiro, é estudado no período 1817-1829, aquele em que atuou como arrematante da arrecadação de impostos, notadamente os tributos cobrados sobre o gado em trânsito por Sorocaba.

Para estudar-lhe as atividades, a autora utilizou como base documental o acervo conservado no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do qual constam contas-correntes, diário geral e correspondência para o período 1810-1875 e que constitui rico manancial para a reconstrução de variados aspectos da vida econômica paulista.

Nove capítulos compõem o livro, se neles incluímos a introdução e conclusões. Em apêndice, além de informações sobre a cobrança de outros impostos que não os analisados no texto e relacionados direta ou indiretamente com o gado, a transcrição de dois documentos: o "Alvará de condições do contrato dos novos impostos desta Capitania por tempo de três anos como nele se declara" e uma carta de Antonio da Silva Prado a João da Silva Machado, o Barão de Antonina.

Uma bibliografia arremata as 177 páginas.

Após a Introdução, em que se justifica a pesquisa, o capítulo 2 mostra a origem da fortuna de Prado. Comerciante em Mato Grosso, Goiás e especialmente em Caitité, na Bahia, arrepanhou cabedais que, empregados em São Paulo, tornaram-no um dos mais ricos elementos da Província.

O terceiro capítulo trata do Caminho do Sul e do afluxo de animais a Sorocaba. Nele são discutidas as várias etapas em que se realizou a abertura das rotas para o sul, a viabilidade econômica que as mesmas passaram a oferecer ao transporte e comércio de gado, as modificações que poderiam ter ocorrido em seus traçados.

Nos quarto, quinto e sexto capítulos, surgem as áreas de criação, a comercialização dos animais na Província de São Paulo, a marcha do gado para os centros de redistribuição e consumo. Era o Rio de Janeiro o principal núcleo consumidor de gado bovino criado nos Campos Gerais, exigindo de Prado intensa articulação para estender a sua organização comercial àquela cidade.

Sorocaba e sua feira merecem referência especial no sétimo capítulo. A adiversaireira exclamação: — "Rebentou a feira!" — anunciava a chegada em novembro das primeiras tropas, crescendo continuamente a movimentação para chegar ao máximo de intensidade nos meses de janeiro e fevereiro.

O oitavo capítulo recebeu o título de "Antônio da Silva Prado e a arrecadação de impostos sobre o gado no registro de Sorocaba" e o nono, corresponde às conclusões.

Como já foi ressaltado, ao estudar a atuação de um comerciante, Maria Theresa Schorer Petrone fornece valiosos subsídios para a compreensão de certos mecanismos do comércio interno baseado no gado, uma das poucas atividades econômicas relativamente vigorosas no passado brasileiro.

Revela ainda aspectos pouco conhecidos dessa interessante instituição que foi a feira de Sorocaba, centro de atividade comercial que atravessaria um século de existência, declinando somente com o advento da estrada de ferro.

Por tais títulos, torna-se imperiosa a leitura do livro que ora se comenta, enriquecido pelo prefácio de Sérgio Buarque de Holanda que, como de hábito, transforma-o num valioso e erudito ensaio.

SUELY ROBLES REIS DE QUEIROZ

* * *

COSTA (Octávio). — *Trinta anos depois da volta — O Brasil na II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1976, 93 p., ilust.

Os historiadores têm privilegiado em suas resenhas obras de análise mais profundas, geradas no seio da pesquisa universitária, dando pouca ou nenhuma importância àquelas de divulgação histórica. Ora, é preciso lembrar que através destas é que o grande público toma contato com a História. Se é certo que no Brasil, ao contrário de países como a França, a obra de História de alto nível não alcança vendagem senão entre "iniciados"; é certo também que o leitor não especializado tem interesse pelo assunto e necessita de produções ao alcance de sua capacidade de leitura, mas elaboradas com o mesmo cuidado intelectual que marca os trabalhos acadêmicos.

A Biblioteca do Exército Editora vem, há algum tempo, divulgando, dentro de um programa de "clube do livro", obras de relato histórico, destacando-se, por exemplo, a série *Uma vida e muitas lutas* de Juarez Távora, *O Governo Castelo Branco* de Luis Viana Filho, ou a *A vida de D. Pedro II* de Pedro Calmon. Por ocasião dos festejos do 30º aniversário do término da II Guerra Mundial ofereceu aos seus leitores o trabalho do General Octávio Costa.

Participante da Força Expedicionária Brasileira (FEB), o autor elaborou seu trabalho fundamentado na tese de que a participação do Brasil na II Guerra Mundial foi causa determinante das transformações econômicas, so-

ciais e políticas dos últimos trinta anos. Em nove capítulos — O Brasil diante da Guerra, O Brasil de antes da Guerra, As armas do Brasil na Guerra, A presença do Brasil na Guerra, Os homens do Brasil na Guerra, A volta do Brasil da Guerra, O que a presença na Guerra deu ao Brasil, A lembrança do Brasil na Guerra e O Brasil depois da Guerra — desenvolve um relato sucinto, apologético e fartamente ilustrado com fotos de época.

A tônica do livro é o papel dos oficiais da FEB na “modernização” do Brasil após 1945, ponto discutível e discutido de nossa evolução histórica. Utiliza para sua demonstração uma divisão cronológica particular, onde ressalta a Revolução de 30 como início, frustrado e desencaminhado todavia, de mudanças estruturais profundas que levariam o Brasil ao desenvolvimento econômico. O espaço de tempo que medeou entre 1937 e 1964 constituiu um hiato, retomando o movimento de 31 de março as diretrizes revolucionárias de 1930.

A figura de Getúlio Vargas é minimizada e escamoteadas suas realizações trabalhistas e a mudança radical de nossa economia a partir de sua ascensão ao poder. Assim:

“Vargas auxiliado por Lindolfo Color, implantava com dificuldades, uma legislação trabalhista que haveria de ser o complemento indispensável e retardado da Abolição...” (p. 21).

Ou ainda:

“Éramos um país essencialmente agrícola, monocultor e totalmente dependente de bom tempo e de bom preço para o café, ditado quase sempre lá de fora, segundo os interesses dos intermediários” (p. 21).

A industrialização do Brasil, então, só teria tido início depois de 1945, contrariando com esta abordagem a evidência da realidade de mudança econômica após a crise de 1929.

O relato da Campanha da FEB na Itália serve apenas como pano de fundo para a demonstração de que tal participação propiciou ao Brasil considerável poder de barganha, colocando-nos em posição favorável para a obtenção do financiamento que possibilitou a constituição de Volta Redonda:

“Se tudo começou com Volta Redonda, tudo começou com a FEB” (p. 83).

Não podemos negar a relação entre nosso engajamento aos contingentes Aliados e a indústria siderúrgica, entretanto as mediações entre tais eventos não se colocam numa relação determinista de causa e efeito, mas articulam-se

de maneira mais sutil e complexa. Qualquer análise mais despojada de intenções doutrinárias levaria à constatação de que a Siderurgia, nos planos de Getúlio Vargas há muito tempo, condicionou nossa política externa entre 1937 e 1945 e que na luta pela obtenção de uma Usina o Brasil fez valer seu grande trunfo: a posição estratégica do Nordeste. Neste quadro de articulações é que cumpre entender o comprometimento militar do Brasil no Conflito Mundial.

O período 1945-1975 comporta duas subdivisões cronológicas: os primeiros 19 anos (1945-1964) constituem a crise de amadurecimento das mudanças; a partir de 1964 e até 1975, 11 anos de construção, de retomada das vias revolucionárias, marcados pela coragem de militares moldados na matriz da FEB:

“Na grande transformação e no salto para o futuro, a permanência da FEB” (p. 93).

Livros como o de Octávio Costa devem merecer a atenção dos historiadores, não só para uma abordagem crítica, mas para a conscientização da necessidade de produzir obras vazadas em linguagem leve e acessível, capazes de atender e aumentar o público leitor interessado em História, mas que evidenciem a seriedade da pesquisa e o relato isento e fiel do evento.

VERA LÚCIA AMARAL FERLINI

* * *

PRADO JUNIOR (Caio). — *História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do Desenvolvimento Brasileiro*. São Paulo. Brasiliense. 1972, 92 pp.

O presente livro é a tese com que o autor pretendeu concorrer à livre-docência de História do Brasil na Universidade de São Paulo. Trata da “maneira de conceber a Economia Política como disciplina científica, e a sua utilização na política de desenvolvimento do Brasil”, realçando sempre a especificidade de nossa formação econômica, política e social, numa perspectiva histórica, isto é, como participante do processo de desenvolvimento do Capitalismo.

Temos de início um quadro geral representando a dependência financeira e econômica do Brasil em relação aos países capitalistas maduros, como também, a relativa impossibilidade de independência do país dado o caráter “essencialmente competitivo na base de vantagens comerciais, e não cooperador” do sistema em que está inserido. Enfoca o Autor as características essenciais da formação do país, procurando na História o “material básico e essencial necessário para a compreensão da realidade brasileira atual e sua interpretação com vistas à elaboração de uma política destinada a promover e estimular o desenvolvimento”. Critica os economistas ortodoxos pelo papel pouco relevante da historiografia em suas análises econômicas.

Encontramos o Brasil no papel de colônia no antigo Sistema Colonial, organizado pois com o objetivo de servir o comércio internacional e abastecer amplos mercados externos. A sociedade brasileira se “origina, dispõe e organiza em função da finalidade precípua de produção em larga escala para o exterior”; mesmo os produtos, as unidades produtivas e as relações de produção e trabalho seguem as diretrizes geradas pelo Capitalismo Comercial.

Mostra-nos como o país, através do advento de uma nova ordem (capitalismo industrial), rompe o Pacto Colonial (compatível enquanto o capital comercial domina), permanecendo ainda na sua “posição periférica de simples fornecedor de gêneros primários ao mercado internacional” mas exercendo essa função em condições e circunstâncias bem distintas.

Nas partes finais do livro, vemos o papel da produção e comercialização do café no processo de acumulação do capital, deixando de ser a evolução histórica brasileira uma simples “repetição monótona de ciclos econômicos sucessivos e essencialmente invariáveis, determinados por ocasionais conjunturas do mercado internacional”, favorecendo o surgimento da indústria, consumo de bens e do mercado interno. Ao analisar a economia brasileira, mostra-nos a maneira como esta foi influenciada pela crise de 1929, pelas guerras mundiais e afluência do capital estrangeiro para o país.

História e Desenvolvimento indica as bases em que está assentada a atual conjuntura econômica devendo constar como bibliografia básica para qualquer estudo que trate de nossa formação econômica.

SÍLVIO MANOUG KALOUSTIAN

* *

*

FOUCAULT (Michel). — *Histoire de la sexualité. 1 — La volonté de savoir*. Paris, Gallimard, 1976.

O primeiro de uma série anunciada de 6 volumes (seguir-se-ão *La chair et le corps*, *La croisade des enfants*, *La femme, la mère et l'hystérique*, *Les pervers*, *Population et races*), este tomo apresenta-se como uma introdução às análises que se vão suceder. Como geralmente acontece nas obras de Michel Foucault, começa-se por apresentar as teses vigentes, aquelas que gozam de maior prestígio e que parecem mais firmemente estabelecidas, para em seguida o autor desmontar esse saber adquirido. Neste caso, a tese gloriosa seria a seguinte: a uma sexualidade livre até ao século XVII seguir-se-ia uma sexualidade reprimida, muda, hipócrita, enfim “vitoriana”. Este discurso sobre a moderna repressão do sexo apresenta-se solidamente enraizado, tanto mais que uma caução política o protege: “Fazendo surgir a época da repressão no século XVII, depois de algumas centenas de anos de ar livre e de livre expressão, fazem-na coincidir com o desenvolvimento do capitalismo: estaria indissociavelmente ligada à ordem burguesa” (p. 12). Porquê? Os defensores dessa tese não têm a menor dificuldade em explicá-la: se o sexo é reprimido com tanto rigor, é porque é incompatível com uma forma de trabalho geral e intensa. Numa época em que

se explora sistematicamente a força de trabalho, poder-se-ia tolerar que ela se desperdiçasse em prazeres, excetuados aqueles, e mesmo assim reduzidos ao mínimo, que lhe permitem reproduzir-se? A causa do sexo e da sua liberdade assume assim as honras de uma causa política. “A idéia do sexo reprimido não é portanto apenas uma questão de teoria”. É também uma atitude política. de combate à “hipócrita burguesia”.

Posta a questão em tais termos, como se coloca Foucault perante ela? Dizer que o sexo não é reprimido, ou melhor, dizer que a relação do sexo ao poder não é de repressão não seria apenas atacar uma tese bem aceita. “Seria ir contra a economia, contra todos os ‘interesses’ discursivos que a permeiam” (p. 16). Foucault não vai portanto combater de frente a tese vigente, não vai enunciar o seu contrário. Vai, como habitualmente nas suas obras, desviar-se, mostrar alguns pontos “historicamente significativos”, levantar alguns problemas teóricos. “Trata-se em suma de interrogar o caso de uma sociedade que há mais de um século se fustiga ruidosamente por causa da sua hipocrisia, fala com prolixidade do seu próprio silêncio, teima em esmiuçar o que não diz, denuncia os poderes que exerce e promete libertar-se das leis que a fizeram funcionar”.

É certo que Foucault levanta três dúvidas fundamentais aquilo que denomina a “hipótese repressiva”. Primeira dúvida, propriamente histórica: a repressão do sexo é realmente uma evidência histórica? Segunda, historico-teórica: a mecânica do poder é realmente, no essencial, da ordem da repressão? Terceira, historico-política: há realmente uma ruptura histórica entre a época da repressão e a análise crítica da repressão? Mas isso não significa que ele faça contra-hipóteses, simétricas e inversas das primeiras. “As dúvidas que eu gostaria de opor à hipótese repressiva não têm por objetivo mostrar que ela é falsa, mas sim colocá-la numa economia geral dos discursos sobre o sexo no interior das sociedades modernas desde o século XVII” (p. 19).

O ponto essencial portanto não é saber se ao sexo se diz sim ou não, se se formulam interditos ou permissões, mas “tomar em consideração o fato de que se fala dele, aqueles que falam dele, os lugares e pontos de vista a partir dos quais se fala dele, as instituições que incitam a falar dele, que armazenam e difundem o que dele se diz, em resumo, o ‘fato discursivo’ global, a ‘colocação em discurso’ do sexo” (p. 20). Desde o fim do século XVI, a “colocação em discurso” do sexo, longe de sofrer um processo de restrição, foi pelo contrário submetida a um mecanismo de incitação constante: a vontade de saber não estacou perante um tabu impossível de derrubar, mas pelo contrário procurou constituir uma ciência da sexualidade.

Foucault mostra já neste primeiro volume, apesar do seu caráter introdutório, como a vontade de saber foi a pouco e pouco elaborando uma ciência da sexualidade que irrompe em vários domínios. Vejamos alguns exemplos. Uma das grandes novidades nas técnicas de poder, no século XVIII, foi o apareci-

mento, como problema econômico e político, da “população”: a população-riqueza, a população mão-de-obra ou capacidade de trabalho, a população em equilíbrio entre o seu crescimento próprio e os recursos de que dispõe. Ora através da economia política da população forma-se toda uma grade de observações sobre o sexo.

Outro foco de saber, as instituições de ensino, os grandes colégios do século XVIII. “Em torno do colegial e do seu sexo prolifera toda uma literatura de preceitos, de avisos, de observações, de conselhos médicos, de casos clínicos, de esquemas de reforma, de planos para instituições ideais” (p. 40). E muitos outros focos entraram em atividade, a partir do século XVIII ou do século XIX, para suscitar os discursos sobre o sexo. A medicina primeiro, por intermédio das “doenças de nervos”; a psiquiatria em seguida, quando começa a procurar do lado do “excesso” e finalmente quando anexa como seu domínio próprio o conjunto das perversões sexuais; a justiça penal, que há muito lidara com a sexualidade sob a forma de crimes “enormes” e contra a natureza, abre-se à jurisdição minuciosa dos pequenos atentados, das perversões sem importância.

Esta primeira abordagem mostra já que se trata menos de *um* discurso sobre o sexo do que de uma multiplicidade de discursos produzidos por toda uma série de aparelhagens funcionando em instituições diferentes. Observa-se uma explosão de discursividades distintas que tomaram forma na demografia, na biologia, na medicina, na psiquiatria, na psicologia, na moral, na pedagogia; na crítica política. “Mais do que a preocupação uniforme de esconder o sexo, mais do que um pudor geral da linguagem, o que marca os nossos três últimos séculos, é a variedade, é a ampla dispersão dos aparelhos que se inventaram para falar dele, para obter que ele fale de si mesmo, para escutar, gravar, transcrever e redistribuir aquilo que dele se disse” (p. 47).

E no capítulo sobre a “scientia sexualis”, Foucault expõe finalmente aquilo que denomina a hipótese geral do trabalho: “A sociedade que se desenvolve no século XVIII — chamem-na como quiserem, burguesa, capitalista ou industrial — não opôs ao sexo uma recusa fundamental de o reconhecer” (p. 92). Pelo contrário agenciou todo um aparelho para produzir sobre ele discursos verdadeiros. E a pesquisa histórica com as análises prometidas evidenciará precisamente isso.

A parte final do livro é ocupada com algumas proposições gerais sobre o método, o domínio a percorrer e as periodizações que se podem provisoriamente admitir.

MARIA BEATRIZ NIZZA DA SILVA

* * *

*

SANTOS (Sílvio Coelho dos). — *Nova História de Santa Catarina*. Florianópolis, edição do autor, 1974. (124 págs., 13 mapas, 26 fotos, 1 gráfico, um roteiro sugestão para se caracterizar os aspectos históricos e Sócio-Culturais de um Município, bibliografia de apoio).

Nova História de Santa Catarina, de Sílvio Coelho dos Santos é uma obra que pretende dar uma visão clara e objetiva do que foi e do que é uma sociedade em desenvolvimento e, além disso, fornecer elementos para a compreensão de Santa Catarina em termos de sua história e sua formação sócio-cultural.

O professor de Ciências Humanas doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, Sílvio Coelho Santos pretende, como afirma na orelha do livro, tentar uma macro-interpretação sócio-histórica, em sua obra. O livro por razões que se desconhece, não traz apresentação. Enfoca, no primeiro capítulo, Santa Catarina de hoje e, nos três seguintes, tece considerações sobre a conquista da terra. Do quinto capítulo ao nono, levanta considerações sobre as primeiras povoações e a respeito dos elementos humanos que chegaram a Santa Catarina, no período colonial, salientando a importância dessas conquistas como elemento cultural do próprio meio. No décimo capítulo, enaltece o heroísmo de Anita Garibaldi. A partir do décimo primeiro, enfoca a imigração dos alemães e italianos e, nos últimos, as lutas relativas às questões de limites. Conclui no capítulo XVI: "Gente de muitas origens forma o povo", explicando o franco processo de homogeneização cultural.

Apesar de alguns capítulos estarem dentro de uma linha factual, com as referências complementares, bibliografia de apoio, roteiro, mapas, fotos, gráfico e a interpretação sócio-histórica, são valiosos para conhecermos um pouco mais da história de Santa Catarina.

*

O trabalho é iniciado pela localização do Estado de Santa Catarina na região sul, entre o Paraná e o Rio Grande do Sul, com uma área de 95.985 km² "com 3.000.000 de habitantes distribuídos pelos seus 197 municípios" (pág. 7). A população catarinense é de origem variada, guardando costumes diferentes e exercendo diversas atividades econômicas. O autor esclarece como, na década de cinquenta, se estabelece a política de desenvolvimento em Santa Catarina, como surgem soluções catarinenses para os problemas sócio-econômicos-culturais, e como pretendem que o Estado participe no cenário nacional.

Inicia propriamente a história catarinense pela descrição das expedições que tinham atingido a Ilha de Santa Catarina logo nas primeiras décadas após o "descobrimento do Brasil". Destacando dentre elas a de Sebastião Caboto (1526) de que resultava o nome ao Estado.

A terra encontrada já era povoada pelos índios e, apesar dos primeiros contactos entre brancos e índios terem sido cordiais, resultaram algum tempo de

pois conflitos e vendas dos silvícolas como escravos. Os mais prejudicados foram os carijó que, em fins do século XVII, já haviam desaparecido definitivamente do litoral catarinense.

Durante muito tempo, a Espanha reivindica a posse de Ilha de Santa Catarina o que somente ocorreu por ocasião da reunião das duas coroas ibéricas. Nessa época focada, Santa Catarina e o litoral fronteiro ficaram sob o domínio dos portugueses e espanhóis. Temporariamente, cessam as lutas. Mais tarde aparecem as primeiras povoações no litoral como bases para garantir os interesses portugueses no sul. Distinguem-se alguns paulistas que iam caçar índios na região e acabaram se fixando aí. Entre eles se destacam Manuel Lourenço de Andrade e Dias Velho, sendo que este último iniciou o povoamento da Ilha de Santa Catarina, tornando o local estratégico para o sucesso dos planos militares. Graças ao gado que os paulistas iam buscar no Rio Grande do Sul para venderem na região aurífera, surgiram locais de pouso e de descanso dos animais e a fixação de moradores permanentes como aconteceu em Lages (1771). Toda a razão de ser de Lages era a estrada de tropas, e tornou-se o centro irradiador de povoamento do planalto. Com isso se verificou que o interior e o litoral de Santa Catarina foram povoados de forma diferente, o primeiro graças ao comércio de gado e o segundo pelas disputas político-militares entre Portugal e Espanha. Portugal percebeu que, sem as operações militares, não conseguiria defender seus interesses na área de Prata, e para isso, por decisão do "*Conselho Ultramarino, Portugal em 1746 resolveu promover a imigração de açorianos para a ilha de Santa Catarina, litoral fronteiro e Rio Grande*" (pág. 58). Prometeram vasta ajuda aos imigrantes que nem sempre a obtiveram, mas que serviram de infra-estrutura aos projetos expansionistas de Portugal. Ao lado desses imigrantes, encontramos os escravos índios e negros que ajudaram na fixação do homem branco e que contribuíram para a formação do povo, graças a miscigenação.

Quanto aos espanhóis continuaram a lutar para conquistar a Ilha de Santa Catarina e só desistiram após a assinatura do tratado de Santo Ildefonso em 1777. No décimo capítulo, Sílvio Coelho dos Santos enaltece os trabalhos da catarinense Anita Garibaldi (Ana de Jesus Ribeiro) que, ao lado do italiano José Garibaldi, participou das guerras do Brasil e da Itália. No capítulo seguinte, aponta a diversidade dos fatores responsáveis pela imigração européia para a região. Das colônias fundadas tornaram-se importantes: Blumenau e Joinville, e destacaram-se como imigrantes os alemães, italianos, russos, poloneses e austríacos. Com a vinda destes, formou-se uma verdadeira disputa pela terra, de um lado os estrangeiros que queriam abrir uma propriedade agrícola e de outro os índios que a ocuparam. A solução parece ter vindo em 1910, quando o governo federal criou o Serviço de Proteção aos Índios e alguns funcionários do serviço, após vários contatos, pacificaram principalmente os índios "*da tribo dos Kolklang*" (pág. 88) e aos poucos conseguiram travar relações amistosas com outras tribos. No contexto nacional, Santa Catarina en-

volveu-se na Revolução de 1893, apesar da ascensão do Marechal Floriano Peixoto, os ânimos não se acalmaram. Não quiseram aceitar o governo enviado para Desterro que, por sua vez, ordenou a chacina de quase duas centenas de pessoas. Mais tarde, apesar dos desentendimentos entre Santa Catarina e o Governo Federal, mudaram a capital do Estado de Nossa Senhora do Desterro para o de Florianópolis. No décimo quarto capítulo o autor foi muito feliz na colocação dos esclarecimentos sobre a Guerra do Contestado (a questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina) completando informações que geralmente são confusas. A região de Lages, colocada sob a jurisdição catarinense por D. João VI, foi reivindicada sempre pelo Paraná, até a sentença do Supremo Tribunal de 1904 que deu ganho de causa a Santa Catarina. Com a abertura da estrada de ferro para o Sul: São Paulo-Rio Grande e cessão pelo governo de 15 km de terra de cada lado do leito da estrada, a empresa construtora veio criar um foco de atritos, descontentamento entre os posseiros que, liderados por um dos monges que então surgiu na região, de nome José Maria Agostini, agravaram o problema religioso e resultaram nos combates até 1915.

O litígio terminou com a divisão dos 48.000 km² que estavam em disputa, cabendo ao Paraná "aproximadamente 20.000 km² e a Santa Catarina 28.000 km²" (pág. 103), isto por interferência direta do Presidente Wenceslau Braz. Com a solução da questão de limites, dá-se a conquista do oeste. Termina o último capítulo dizendo que "*Santa Catarina é um verdadeiro mosaico étnico*" (pág. 109). O Estado é diversificado quanto à paisagem, as etnias e aos costumes, mas quanto à base econômica que o identifica caminha para a uniformidade.

Em resumo, pode-se afirmar que a obra, apesar da linha factual, traz uma série de elementos que fornecem pistas para uma interpretação sócio-histórica, aliás, tentada, em termos relativos, pelo autor. É uma obra que se vem inscrever dentre aquelas que prestigiam a pesquisa histórica e torna-se uma leitura básica para os que queiram compreender a história regional do Estado de Santa Catarina.

IRINA VASSILIEFF